

Matrizes

ISSN: 1982-2073

ISSN: 1982-8160

matrizes@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Salomão Bruck, Mozahir; Vargas, Herom
Narrativas da memória como dispositivo: A Sirene e a luta contra o esquecimento

Matrizes, vol. 14, núm. 2, 2020, Maio-, pp. 289-306
Universidade de São Paulo
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i2p289-306>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143066518016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

Narrativas da memória como dispositivo: *A Sirene e a luta contra o esquecimento*

*Memory narratives as a device: A Sirene and
the fight against forgetfulness*

■ MOZAHIR SALOMÃO BRUCK^a

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte – MG, Brasil

HEROM VARGAS^b

Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo – SP, Brasil

RESUMO

A partir de noções como memória, testemunho e dispositivos, busca-se investigar açãoamentos da memória pelo grupo de moradores atingidos pela destruição de comunidades em Mariana (MG) com o rompimento da Barragem do Fundão (2015). Tal açãoamento reveste-se de intencionalidades singulares e (re)significações em termos de um agir político próprio do ato de lembrar com o objetivo de impedir o esquecimento e apagamento do incidente que destruiu dezenas de moradias e que tirou a vida de 19 pessoas. Procede-se a análise de textualidades de natureza memorialística de edições do jornal *A Sirene*, editado desde fevereiro de 2016 pelos atingidos do incidente. Busca-se entender como tais narrativas se instituem como dispositivos da memória.

Palavras-chave: Memória, dispositivos, testemunho, *A Sirene*

ABSTRACT

Based on notions as memory, testimony and *dispositif*, this article aims to investigate how the activation of memory, for the group of residents affected by the destruction of communities in the city of Mariana (MG) with the rupture of the Fundão Dam (2015), is characterized by singular intentionalities and in-tense (re)significations as a political action proper to the act of remembering to prevent the forgetting and erasure of the incident that destroyed dozens of homes and took the lives of 19 people. To do so, we proceed by analyzing textualities of a memorialistic nature of issues of the newspaper *A Sirene*, edited since February 2016 by those affected by the incident, trying to understand how these narratives are instituted as a memory *dispositif*, based on the Deleuzean reading of the Foucaultian notion of *dispositif*.

Keywords: Memory, dispositif, testimony, *A Sirene*

^aDoutor em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC Minas e Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9983-6072>. E-mail: mozahir@uol.com.br

^bDocente pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PósCom) da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7837-6740>. E-mail: heromvargas50@gmail.com

INTRODUÇÃO

Uma primeira inscrição: sendo a memória essencialmente cultural (Lotman, 1998), também se mostra inexoravelmente relacional e institui-se, por isso mesmo, de modo processual. Este é o ponto de partida desta reflexão que propõe relacionar memória com a noção foucaultiana de dispositivos (Deleuze, 2005), tomando como objeto de análise as textualidades de natureza memorialística presentes no jornal *A Sirene*, criado e editado desde fevereiro de 2016 por pessoas atingidas pelo crime socioambiental que resultou no rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG)¹. A partir de noções como memórias individual e coletiva, testemunho e dispositivos, pretende este artigo investigar como o acionamento da memória, para o grupo de moradores atingidos pela destruição de sua comunidade, com graves danos ao meio ambiente, reveste-se de intencionalidades singulares e (re)significações intensas: seja em termos de um agir político próprio do ato de lembrar com o objetivo de impedir o esquecimento e apagamento do incidente que destruiu dezenas de moradias e tirou a vida de dezenove pessoas; seja no sentido de criar espaços e oportunidades para que os atingidos registrem e busquem preservar lembranças do passado de uma vida comunitária; ou ainda devido ao fato de o rememorar constituir-se como *locus* de resistência e de luta contra a impunidade dos responsáveis e de garantia dos direitos dos atingidos.

No entendimento dos autores, a proposta de considerar textualidades midiáticas como dispositivo de memória possui rica potência heurística, na medida em que torna possível abordar processos presentes nas tensões entre lembrar e esquecer, tomando tanto as circunstâncias de acionamento do memorável quanto suas textualidades – verbais, imagéticas etc. – por meio das quais se materializam os sentidos que propõem, além de outros que acabam por proporcionar. Para tanto, este constructo teórico configura-se na e a partir da articulação entre os fundamentos acerca do memorialístico (Gagnebin, 2006; Halbwachs, 1990; Huyssen, 2014; Le Goff, 2013; Pollak, 1992; Ricoeur, 2007) e a consideração da leitura de Deleuze (2005) da noção foucaultiana de dispositivo. Tentamos perceber como as denominadas linhas de força, linhas de luz, de fuga, entre outras, assim como as respectivas curvas e tangências que provocam em seus movimentos – sempre de natureza relacional e simbólica – podem constituir um potente conjunto interpretativo para, no caso em questão, abordarmos algumas edições representativas do jornal *A Sirene* – *Para não esquecer*². Sobre a noção de memória, valemo-nos, em nossa reflexão, das relações entre: memória individual e coletiva (Halbwachs, 1990); memória e constituição identitária (Pollak, 1992); e memória e esquecimento (Huyssen, 2014), além das tensões entre memória e história (Ricoeur, 2007). Recorremos ainda à filosofia

¹O rompimento da Barragem do Fundão, da mineradora Samarco, considerado o maior desastre socioambiental do país e um dos maiores do mundo no setor de mineração, com o lançamento de cerca de 40 milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos no meio ambiente ocorreu em 5 de novembro de 2015, na cidade de Mariana, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG).

²A primeira edição d'*A Sirene* circulou em fevereiro de 2016. O jornal tem circulação mensal e completou três anos em fevereiro de 2019.

do testemunho, a partir da obra de Jean Philippe Pierron (2010), para quem o testemunho “não é somente uma informação, é um colocar em presença, uma presença no presente” (p. 254). E é assim que *A Sirene* parece se enredar: com testemunhas e testemunhos em um agir político e moral guiado pela missão de não deixar esquecer, valendo-se do narrar memorialístico – a nostalgia e, ao mesmo tempo, a dor das lembranças da comunidade que desapareceu sob os milhões de toneladas de lama da Samarco.

TEXTUALIDADES DA MEMÓRIA COMO DISPOSITIVO

Pensar o acionamento memorialístico como dispositivo mostra-se produtante pelo fato de também a memória, em sua essência cultural e simbólica, relacional e processual, existir em condições *dispositivantes*. Sendo a memória instituída em circunstâncias de negociação e disputa, seu caráter instável e provisório resulta dos entrecruzamentos de linhas de luz, de enunciação, de subjetivação e de força. Também cabe pensá-la a partir das dimensões dos dispositivos. Deleuze (2005) destaca as seguintes dimensões (podendo existir outras): de visibilidade, de enunciação, de subjetivação e, por fim, o conceito matricial em Foucault, a dimensão do poder. Observe-se que as dimensões do dispositivo derivam essencialmente das três dimensões que o pensador francês busca privilegiadamente distinguir em sua obra: as dimensões de saber, de poder e de subjetivação.

Buscamos em Gilles Deleuze (2005) a formulação sobre dispositivo que, aparentemente, mais contribuiria para fundamentar nossa reflexão. Elegemos a percepção deleuzeana, clara e devidamente tributada a Foucault, e que percebe o dispositivo como um “conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente” (p. 83). Em sua leitura sobre o que ele mesmo denomina uma filosofia foucaultiana dos dispositivos, Gilles Deleuze³ (2005) defende que a história dos dispositivos é a história dos regimes de luz e dos enunciados. Ressalta, enfaticamente, que os dispositivos se apresentam como ocorrências atravessadas por enfeixamentos de linhas em movimento e de curvas tangenciadas em função de variáveis diversas que lhes são internas e externas.

Dreyfus e Rabinow (1995) assinalam que Foucault, no decorrer de sua trajetória, concentrou sua investigação nas práticas culturais em que saber e poder se cruzam, partindo da hipótese de que a verdade é um componente central do poder moderno. Por assim dizer, Foucault procurou construir “um método de análise das práticas culturais, em nossa cultura, que têm sido instrumentais para a formação do indivíduo moderno, tanto como objeto, quanto como sujeito” (p. 133). Foi neste contexto de sua obra que Foucault introduziu

³ Importante considerar que Michel Foucault, em seus livros, aborda a noção de dispositivos mais detidamente em *História da Sexualidade I* (1999) e *Vigiar e Punir* (2000).

o termo *dispositivo*, o qual pode ser entendido, portanto, como uma rede de inteligibilidade (Dreyfus; Rabinow, 1995). Os autores assinalam que, “apesar de a ideia não ter sido explicitada” (p. 134), os dispositivos assumiram papel relevante no pensamento foucaultiano. Para Foucault, quando se consegue isolar estratégias de relações de força que comportam tipos de saber e vice-versa, tem-se, então, um dispositivo (p. 134). O dispositivo seria essa “tentativa inicial de nomear ou, pelo menos, apontar um problema” (p. 135).

Em sua tentativa de desentranhar possibilidades e sentidos da aplicação dos dispositivos, Deleuze, em *O que é um dispositivo?* (2005), propõe pensá-los a partir dos movimentos e deslocamentos dos quais eles resultam e outros tantos que acabam por provocar. Os dispositivos, assim, seriam traduzidos por meio de linhas de força, linhas de luz, linhas de subjetivação e de enunciação que não circunscreveriam ou envolveriam sistemas homogêneos. Diferentemente disso, de modo randômico e instável, os dispositivos se refazem e se reinventam a todo o momento, em função de circunstâncias, disputas e negociações, como mencionado, considerando-se as múltiplas variáveis que acionam e aquelas a que dão origem. Tais linhas, por sua vez, se projetam em direções, delineiam processos, esses, geralmente, em desequilíbrio. Movimentam-se continuamente, afastando-se e aproximando-se umas das outras – rejeições, aproximações, afastamentos – denotando a natureza relacional e processual dos dispositivos. Para Deleuze, pensar uma *filosofia do dispositivo* significa levar em consideração que eles têm como componentes tipos diversos de linhas (de enunciação, de força, de fratura, de subjetivação etc.) que se entrecruzam e se misturam. Entre as consequências desse frenético e instável modo de existência dos dispositivos, estaria o fato de que cada um deles torna-se uma multiplicidade na qual diversos processos operam em devir, e, assim, agem distintamente em cada dispositivo (Bruck, 2012, p. 42).

Se parte importante do trabalho de Foucault teve como objetivo a decifração dos códigos e desvelamento de discursos, muitas vezes ilegíveis, das relações dos indivíduos entre si e desses com o poder e o saber, tomar a noção de dispositivo como conceito operatório pode contribuir para melhor compreendermos os contextos e as textualidades de *A Sirene*, marcada intensamente, como se verá à frente, por açãoamentos memorialísticos. Como defendem Dreyfus e Rabinow (1995), orientar-se pelos dispositivos, a partir desses componentes díspares, “permite estabelecer relações flexíveis, reunindo-as num único aparelho, de modo a isolar um problema específico” (p. 134). Ou seja, como orquestração diagramática, como máquinas abstratas e produtoras de abstrações, os dispositivos são alocados de uma ponta a outra nos processos simbólicos, resultando

de agenciamentos bem concretos e produzindo tantos outros quantos sejam os objetos visíveis e enunciáveis.

Retoma-se aqui Pollak (1992), para quem a memória (individual e coletiva) desenha-se, forte e especialmente, a partir de três elementos: *acontecimentos* vividos pessoalmente e pelo grupo ao qual o sujeito julga pertencer, os *lugares* relacionados às lembranças e as *pessoas (personagens)* que fizeram ou fazem parte da vida de quem rememora. No caso do rompimento da Barragem do Fundão, tais elementos são essencialmente constitutivos da chamada *tragédia de Mariana*, que fez desaparecer o distrito de Bento Rodrigues. Pessoas, lugares e o acontecimento em si são convocados pelas textualidades memorialísticas que se instituem na articulação de tais elementos. E parece ser impossível dissociá-los: as personagens, que morreram ou sobreviveram, o lugar, desaparecido sob os milhões de metros cúbicos de lama, e o acontecimento, com tal poder de transformação da vida de centenas de famílias e de impacto do meio ambiente que acaba por impor-se por si próprio.

É nos enfeixamentos de linhas de enunciação, de luz e de subjetivação que se pode compreender porque a luta pelos moradores é para que o *lugar* onde viveram e construíram sua vida comunitária e as *personagens* que ali habitaram estejam sempre vivos nessa agenda memorialística. Essas relações de natureza discursivo-enunciativa entre um antes e um depois do *acontecimento*, o rompimento da barragem, se configuram e reconfiguram a partir de complexas disputas e negociações resultantes de textualidades acionadas como dispositivos de memória, em um frenético e instável movimento resultante de curvas e tangências diversas que estabelecem, por si próprias, distintas dimensões do memorável. Por assim dizer, em termos das finalidades dos dispositivos, Deleuze (2005) nos lembra que estamos todos, de algum modo, ligados a dispositivos e neles agimos. E que o dispositivo, agente motriz do mundo, mas também sempre resultado desse mundo, tende à atualização, ao novo.

O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas aquilo em que vamos nos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-Outro. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais) e aquilo que somos em devir: *a parte da história e a parte do atual.* (p. 92)

Destaque-se que o entendimento de Deleuze (2005) sobre a atualidade de um dispositivo mostrou-se uma rica possibilidade para abordarmos as textualidades de *A Sirene* como dispositivos de memória, tomando a arquitetura conceitual em que os dispositivos são percebidos por feixes de linhas de naturezas diversas e originadas em distintas dimensões e que, a todo momento,

se entrecruzam. Como indica o próprio Deleuze, desenredar as linhas de um dispositivo é “construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas”, o que Foucault denominava de *trabalho de terreno*. E só é possível fazê-lo se nos dispusermos a “instalarmo-nos sobre as próprias linhas”, sabendo, a priori, que essas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, “mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de leste a oeste, em diagonal” (p. 84).

Acerca da leitura dos textos de essência memorialística do jornal, pode-se afirmar que neles se destacam, especialmente, as linhas de luz e de enunciação, de força e de subjetivação. Deleuze (2005) atenta para o fato de que os dispositivos, em seu funcionamento,

não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, . . . mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam e se afastam uma das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a variações de direção e pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a derivações. (p. 83)

No caso de *A Sirene*, inicialmente, as linhas de força se movimentam no presente de um agir político e agendam a luta contra o esquecimento e o apagamento do incidente da Barragem do Fundão. *A Sirene* é atravessada por linhas que, agonicamente, a tangenciam (curvas) em função dos tipos de conteúdos e abordagens acionadas pelas textualidades que veicula. Linhas de luz e de enunciação que, no agir discursivo e simbólico tentam, a todo momento, fazer emergir narratividades que objetivam instituir o memorável. Linhas de subjetivação que, ao tentarem presentificar o passado, tentam impedir o apagamento dos afetos que marcaram as relações individuais e comunitárias com os antigos lugares e personagens, fazendo da nostalgia uma motivação para as lutas por direitos e contra a perda da própria identidade. Deleuze (2005) destaca, nos processos de constituição dos dispositivos, essas linhas de força que se produzem em toda a relação e atravessam todo o dispositivo. “Invisível e indizível, ela está estreitamente enredada nas outras e é totalmente desenredável” (p. 85). Ou seja, as linhas de força – o poder – se fazem sempre presentes.

Ao relacionar memória e verdade do passado, Gagnebin (2006) nos apresenta a instigante questão: a verdade a respeito do passado remeteria mais a uma ética da ação presente do que a uma problemática de adequação “entre palavras e fatos” (p. 39). E o caminho que a autora desenvolve a partir daí coloca em tensão essa possibilidade do resgate da verdade do que passou, acionando a visão crítica de Walter Benjamin sobre a historiografia. Negando uma ideia determinista da história, Benjamin entendia que a relação com o passado

considera a impossibilidade de conhecê-lo como realmente foi, objetivo esse de um tipo de historiografia que o pensador alemão tinha como “historicista e burguesa”, numa palavra, a historiografia positivista. Antes, voltar-se para o passado significaria “apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo” (Gagnebin, 2006, p. 40).

Não nos parece, nesse ponto, incorreto extrair do pensamento benjamiano uma aproximação da noção de história com a de memória, trabalho que recebeu também o investimento de Paul Ricoeur (2007), para quem a questão do dever de memória, ou de outros problemas cruciais que apelam a uma política da memória, deve ser colocada sob o título da reapropriação do passado histórico por uma memória instruída pela história, e muitas vezes ferida por ela. Para Ricoeur, o deslocamento, por sua vez, da escrita para a recepção e para a reapropriação não suprimiria esse enigma.

De toda sorte, não se pode negar que a questão de fundo nessa tensão entre história e memória diz respeito, diretamente, ao dever de lembrar. Como aponta Ricoeur (2007), o dever de memória é, muitas vezes, uma reivindicação feita por vítimas de uma história criminosa; e a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que se deve a essas vítimas. A força motriz do memorável, nessas situações, além da luta da afirmação de uma *verdade*, evidencia a noção da memória como “instrumento e objeto de poder” (Ricoeur, 2007, p. 435). Nesse sentido, o filósofo alerta para a missão ética que cabe aos

profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. . . . A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (pp. 436-437)

Destaque-se, ainda a partir da perspectiva ricoeuriana, que os tensosamente entre memória e história demarcam por si só tais dimensões. Para os historiadores, a dimensão incomparável de um evento só pode ser afirmada depois de se terem avaliado as semelhanças e as diferenças, considerando as materialidades e outros registros. Para o grupo que lembra, as marcas do sofrimento atestam por si só.

Assim como Ricoeur, Huyssen (2014), por sua vez, também expressou, por outro lado, sua preocupação com a excessiva importância dada à memória e, de outra feita, o “muito silêncio que plana sobre o esquecimento na cultura média contemporânea” (p. 30). Para o autor alemão, é imperioso perceber que recordar

e esquecer são operações que não devem ser percebidas em meras oposições mecânicas e simplistas. O esquecimento, para ele, deve ser percebido “num campo de termos e fenômenos tais como o silêncio, a ausência de comunicação, da desarticulação política, a evasão, da erosão cultural, a repressão política e/ou institucional” (p. 31). Ou seja, o esquecimento pode resultar de operações tão complexas como as da memória.

Huyssen (2014) recorre às distinções básicas pelas quais Paul Ricoeur abordava a memória, ou seja, *le mémorie empêchée* (memória impedida), *mémorie manipulée* (manipulada) e uma terceira modalidade, dedicada ao esquecimento, *l'oubli commandé* (o esquecimento ordenado), também denominado de esquecimento institucional. Deste último deriva outro tipo de esquecimento, o *oubli manipulée*, que teria origem na mediação da memória através do trabalho narrativo, que poderia resultar, para o pensador francês, de uma *mauvaise* (má-fé) ou de um *vouloir-ne-pas-savoir* (desejar-não-querer-saber).

Tal como a memória, o esquecimento é construído e pode ser imposto ou mesmo negociado (Huyssen, 2014). Resulta de emudecimentos, embotamentos, tolhimentos, desconsiderações, rearranjos nas perspectivações dos acontecimentos do passado ou mesmo sua total negação. Se memória é presença de uma ausência, o esquecimento resulta da negação e anulação simbólica do referente – por assim dizer, a morte definitiva das coisas, dos acontecimentos e das pessoas.

Mobilizar-se contra o apagamento e o esquecimento é um dos objetivos centrais dos atingidos pelo rompimento do Fundão: lutar pela permanência da memória de um “antes” – a vida comunitária, as relações sociais, o comum cotidiano, o sentimento de pertença – e a memória do terrível incidente que soterrou tudo isso. É preciso lembrar do antes e daí que o descontinuou. Nesse jogo temporal de passado-presente-futuro, os atingidos da Barragem do Fundão batalham, no âmbito da memória, contra a perda de suas raízes comunitárias e culturais ou, como enfatizado por Ecléa Bosi (2012), ao citar o conceito de Simone Weil, lutam pelo seu *direito ao enraizamento*, um direito do ser humano. Ecléa Bosi alerta, assim, para o fato de que o desenraizamento impacta a própria identidade do grupo.

O vínculo com o passado é vital porque dele se extrai a seiva para a formação da identidade. Nesse sentido também está a noção de direito ao enraizamento, que é um direito humano semelhante a outros direitos ligados a sobrevivência do homem.

... Como dizia Simone Weil, o ser humano tem uma raiz por sua participação real numa coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. O desenraizamento a que nos obriga a vida moderna

é uma condição desagregadora da memória. Um dos mais cruéis exercícios da opressão na sociedade moderna (opressão de natureza econômica) é a espoliação das lembranças. . . . Há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ver que anima a vida das ruas, das praças, dos mercados e das esquinas. E tudo isso se reflete bem nos depoimentos dos nossos memorialistas. (p. 199)

Nos textos memorialísticos de *A Sirene*, o testemunho é um recurso narrativo recorrente, o que denota, por assim dizer, a essência também testemunhal da memória. Jean Philippe Pierron (2010), em sua proposta de uma filosofia do testemunho, nos lembra que o testemunho traz em seu núcleo um paradoxo: a verdade estaria menos do lado da objetividade que se pode esperar das provas e dos argumentos do que da subjetividade da experiência e da emoção. O testemunho atestaria, portanto, uma verdade que, não sendo objetivamente suficiente, o é, porém, subjetivamente. Sua possibilidade residiria em selar, com a marca da confiabilidade ou da fidelidade, a relação do testemunho com sua testemunha. Esta, por sua vez, faz da verdade a história da sua própria vida, mas cujo sentido só existirá na apreensão pelo outro (Pierron, 2010).

É que o testemunho carrega uma faceta relacional. Ele não existe sem diálogo. O testemunho é um testemunho diante dos outros e para os outros. Não há testemunha para si, nem sozinha. Ela é, inevitavelmente, intersubjetiva. Mas a testemunha atesta e traz em si mais do que si mesma. É portadora de uma verdade – forjada na experiência – que, por isso mesmo, não pode ser reduzida a uma mera opinião. E, portanto, é também performativa. Ou seja, um sujeito que fala como um sujeito que age.

Espécie de encruzilhada na visibilidade, ícone mais do que ídolo, o testemunho mede a diferença essencial entre aquele que testemunha e aquilo que ele testemunha. Deslocamento do sobrevivente que se dirige ao presente a partir de um fundo de ausência, assim é o testemunho. O testemunho vem sempre em segundo lugar, insistindo naquilo a que não se pode mais assistir. (Pierron, 2010, p. 30)

Selligmann-Silva (2008) busca analisar o que entende ser uma paradoxal singularidade do testemunho. Sendo todo testemunho único e insubstituível, sua singularidade se apresenta como absoluta e “condiz com a singularidade da sua mensagem” (p. 72). Por um lado, ele anuncia algo excepcional, cuja força e confiabilidade reside no seu próprio ato legítimo de testemunhar. Mas, para o autor, é esta mesma singularidade que mina o modo como se relaciona com o simbólico, pois a linguagem

é um constructo de generalidades, ela é feita de universais. O testemunho como evento singular desafia a linguagem e o ouvinte. Sabemos que a fragmentação do real, o colapso do testemunho do mundo, como vimos, emperra sua passagem e tradução para o simbólico. A conhecida literalidade da cena traumática – ou o achatamento de suas imagens, que vimos acima – trava a simbolização. Mas ao se reafirmar esta singularidade absoluta do testemunho barra-se a possibilidade de sua repetição e sinapse com o simbólico, sempre assombrado pela possibilidade da sua ficcionalização. (p. 72)

Mesmo considerando-se tais paradoxos inerentes às singularidades do teste-munho e, dizendo de modo mais amplo, do próprio acionamento das instâncias do memorável, é nesse trabalho de tecer com os fios das memórias individual e coletiva um tecido que dure no tempo e que consiga manter o grupo agregado, que *A Sirene* empreende sua atuação como dispositivo memorialístico. No jornal *A Sirene*, os movimentos discursivos que se observam são de demarcação de direitos, de cobrança de reparação imediata, de atuação também imediata e justa dos poderes constituídos e de acionamento da memória – este último ponto, que interessa mais de perto a este artigo.

A SIRENE: LUTA CONTRA O SILENCIAMENTO, O APAGAMENTO E O ESQUECIMENTO

Foi na tarde de 5 de novembro de 2015 que um acontecimento de enormes proporções sociais e ambientais entrou para a história do país e, mais diretamente, para a memória de centenas milhares de pessoas dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Três anos depois, as consequências do rompimento da Barragem do Fundão permanecem. A extensão da tragédia fala por si. Estima-se que, direta e indiretamente, mais de 500 mil pessoas tenham sido atingidas. Comunidades inteiras, matas, rios, propriedades rurais e estradas simplesmente desapareceram. Dezenove pessoas morreram⁴. Um dos principais rios brasileiros, o rio Doce, teve cerca de 400 quilômetros de sua extensão contaminados. Os ambientalistas sequer sabem dizer se, como e quando o rio Doce se recuperará. A barragem do Fundão era um empreendimento de propriedade de duas das maiores empresas de mineração do mundo: a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP/Billiton, controlada pela Samarco Mineração S.A. Foi definido como o maior incidente ambiental do país e o maior desastre ambiental do mundo envolvendo barragens de rejeitos.

A chamada tragédia da barragem do Fundão afetou, em especial e mais diretamente, moradores de três comunidades: do subdistrito de Bento Rodrigues,

⁴ Além das dezenove mortes reconhecidas pela Samarco, há o caso da sobrevivente Priscila Monteiro, 28 anos, que luta pelo reconhecimento da vigésima vítima. Priscila estava grávida de três meses e sofreu um aborto no momento do rompimento da Barragem.

o mais destruído, onde vivia um grupo de cerca de 220 famílias, 140 famílias de Paracatu de Baixo e 26 famílias de Gesteira (Barra Longa). Bento Rodrigues foi varrida do mapa. Além do trabalho na mineração, a pequena população local vivia da agricultura familiar e de subsistência, com destaque para a produção da geleia de pimenta biquinho, que se tornou um símbolo da região após a abertura de uma cooperativa empreendida por um grupo de mulheres da região. O pequeno subdistrito era cortado pelo rio Gualaxo do Norte, cujo leito também praticamente desapareceu.

Exatamente 90 dias depois, no dia 5 de fevereiro de 2016, foi lançado o jornal *A Sirene*. Com edições mensais, em versões impressa e digital, é produzido pelos próprios atingidos pela tragédia e mantido por um acordo entre moradores de Bento Rodrigues, professores e alunos das Universidades Federais de Ouro Preto (UFOP) e de Minas Gerais (UFMG) e assessorias direcionadas aos atingidos e movimentos sociais e coletivos. A publicação, no início, contava com um grupo de mais de setenta pessoas, incluindo organizadores e colaboradores.

Além de dar voz aos atingidos pelo rompimento da barragem, o jornal deixa bem claro seu propósito já em seu próprio *slogan*: “Feito pelos atingidos. Para os atingidos. Para não esquecer”. *A Sirene* privilegia a divulgação das dificuldades encontradas pelas famílias após verem suas casas e hábitos cotidianos serem soterrados por um mar de lama e rejeitos. Procura, também, esclarecer dúvidas quanto a direitos e questões ambientais e legais da exploração mineral e, principalmente, não deixar que o acontecimento de 2015 caia no esquecimento.

Articulando lembranças de passados remoto e recente, as indefinições do presente e indagações acerca do futuro, o jornal dá amplo espaço às memórias dos moradores de como eram suas vidas no antigo distrito; fala das atuais lutas pelos direitos dos atingidos de Bento Rodrigues e denuncia, recorrentemente, o preconceito vivido pelos moradores que decidem lutar pelos seus direitos, uma vez que é notório que se, por um lado, os atingidos não desistem de brigar pela reparação, por outro, esta luta não exatamente recebe o apoio de toda a população de Mariana, visto que parte considerável da economia da cidade – e, portanto, trabalhadores, comércio e o próprio poder público municipal – sobrevive das atividades e impostos da mineração. E lança, a cada edição, questões acerca do futuro de Bento Rodrigues, das centenas de moradores arrancados de suas casas e do que será do rio Doce, um dos principais rios brasileiros, que recebeu uma quantidade gigantesca de tudo que vazou da barragem, chegando até o mar, na altura do estado do Espírito Santo.

Na análise das narrativas que compõem *A Sirene*, buscou-se observar a intensidade e como a memória é acionada pelo jornal, com o intuito de impedir que a história daqueles moradores, das ruas e praças que desapareceram,

do rio que foi apagado, sejam esquecidas. A começar pelo nome do jornal, *A Sirene – Para não esquecer*, a publicação deixa claro que um de seus principais objetivos é o agendamento permanentemente do acontecimento que mudou a vida de tantas pessoas. O nome é uma referência à sirene que não foi tocada no momento do rompimento da barragem como forma de alertar os moradores de Bento Rodrigues para as dezenas de metros cúbicos de lama e rejeitos que estavam a caminho.

Detivemo-nos, portanto, na análise das textualidades que consideramos de natureza memorialística. Em nossa pesquisa exploratória em 36 edições do jornal, optou-se por separar tais artigos e reportagens em três categorias: a memória como alerta, a importância de lembrar e a luta contra o esquecimento da tragédia e o uso do recurso testemunhal. Do conjunto de edições de *A Sirene*, desde seu surgimento em fevereiro de 2016 até o mesmo mês em 2019, 61 textos foram considerados como de conteúdo predominantemente memorialístico, sendo 29 em 2017, 20 em 2018 e 12 em 2016. A menor quantidade de textos de essência memorialística em 2016 justifica-se pelo fato de, no primeiro ano após a tragédia, as prioridades das pautas do jornal se voltarem para as repercussões imediatas do incidente.

No levantamento exploratório, o que se observou é que, taticamente, o acionamento das lembranças dos atingidos busca assegurar mais que um efeito de legitimidade, mas instituir a verdade das consequências do rompimento da barragem. É Halbwachs (1990) que nos aponta para a força da memória individual na permanência do coletivo. Por outro lado, sobre o insistente e tentativo trabalho de agendamento, Halbwachs assinala que só é possível a manutenção dessa memória coletiva se o grupo continuar a lembrar junto as lembranças das quais todos fizeram e fazem parte.

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazímos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazímos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros. (p. 36)

Se isso equivale a dizer que a dispersão do grupo significa a fragmentação e fragilização da memória construída coletivamente, é no que parecem acreditar os antigos moradores de Bento Rodrigues. Por isso mesmo, o acionamento da memória individual dos atingidos em Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira é pauta recorrente em *A Sirene*. Pode-se citar como exemplo a edição de novembro de 2017, quando se completaram dois anos do rompimento da barragem e o jornal apresentou uma série de depoimentos de atingidos pela tragédia. Sob o título “Minha vida lá”, cinco atingidos falam sobre como eram suas vidas nas comunidades destruídas. Na abertura do texto, uma reflexão sobre a importância de lembrar:

A memória é uma forma de viver e de refazer o passado, de lembrar fatos ocorridos e de sentir, no presente, as condições que dão sentido a uma vida. Trata-se de um modo de configurar a identidade de alguém ou de uma comunidade, um jeito singular de habitar o espaço e, ainda, de projetar expectativas para o futuro. (“Minha vida lá”, 2017, p. 4)

Em um dos depoimentos, uma ex-moradora de Bento Rodrigues, Maria das Graças Quintão, fala com muito afeto da vida comunitária que foi perdida:

A gente podia dormir com a janela aberta e todo mundo morava perto. Eu via todo mundo, todo dia. Os vizinhos, a gente gritava um e outro do muro. Dona Penha me gritava de lá, eu gritava de cá. Quase toda reunião que tinha era na praça. Quando tinha festa, o som e as brincadeiras também eram na praça. . . . Não tem graça brincar mais, porque a gente não vê quase ninguém. (“Minha vida lá”, 2017, p. 4).

O que se vê em operação aqui, na perspectiva do dispositivo deleuzeano, é o acionamento de linhas de luz e de enunciação que emergem nas narratividades que têm a memória, o jogo do memorável, como essência. Um ano antes, em novembro de 2016, quando o incidente completou seu primeiro ano, *A Sirene* teve uma edição especial. Destaca-se, entre os textos memorialísticos (e pode-se afirmar que a partir desta edição eles se intensificaram no jornal), a matéria “A última noite”, que evoca a lembrança da noite anterior ao rompimento da barragem, na visão de dois moradores de Bento Rodrigues e de Paracatu. O depoimento de Antônio Geraldo dos Santos, de Bento Rodrigues, dimensiona bem o que foram aqueles momentos de terror:

Já era noite e o nosso paraíso tinha sido destruído rapidamente. A tarde radiante deu lugar para a agonia e o anôitecer trouxe uma tristeza que persiste até hoje. Na hora em que vi as pessoas correndo, desesperadas, para o alto, para o mato, subi em cima da laje para ver a proximidade da lama. A onda que dobrava as casas como se fosse papel, tinha atingido seu limite e não chegaria até onde eu estava. Foi aí que nós conseguimos

organizar para socorrer quem chegava machucado e sujo. Naqueles minutos, pensávamos que muitos não sobreviveriam, mas cada encontro trazia um conforto momentâneo. (Santos, 2016, p. 14)

A edição de janeiro de 2018 também foi marcadamente memorialística. O tom saudoso e nostálgico marcou as lembranças de vida comunitária, pontuada pela expressão de muitos afetos. Na reportagem “Por amor ao Bento, onde tudo começou”, o registro é da comemoração dos 25 anos de casamento de Marinalda e Marquinhos. Eles se casaram em 1992 na Igreja de São Bento, em Bento Rodrigues. A igreja foi destruída, mas o casal fez questão de comemorar as bodas de prata nas ruínas da pequena igreja. No texto de abertura, *A Sirene* demarca que aquele evento, essencialmente familiar, era, na verdade, muito significativo para a comunidade: “Os atingidos, mais uma vez, demonstram que, através da união, é possível ocupar um lugar que lhes pertence. Acima do amor entre duas pessoas, está o amor por várias histórias de vida, o amor por Bento Rodrigues” (Muniz et al., 2018, p. 8).

Nessa dimensão dos afetos que condicionam o memorável, pode-se referir aqui às linhas de subjetivação que, ao tentarem presentificar o passado, lutam contra o esquecimento do vivido e mesmo do imaginado – que também conforma a memória. Por assim dizer, o apagamento dos afetos que marcaram as relações individuais e comunitárias com os antigos lugares e personagens, fazendo da nostalgia uma motivação para as lutas por direitos e contra a perda da própria identidade.

Nessa mesma edição, a matéria “Nossas histórias debaixo dos pés de frutas” trouxe relatos de antigos moradores da região de Bento Rodrigues sobre as famílias que mantinham árvores frutíferas. Segundo os depoimentos, a vida de cada família foi erguida junto às árvores e lamentam que o que restou dessa convivência foram apenas lembranças, após o desastre que levou embora também as árvores. “Estes depoimentos, diz a matéria, são uma homenagem de todos os atingidos pela barragem do Fundão para as ‘amigas’ que construíram em suas memórias momentos inesquecíveis”. O texto é composto por depoimentos de vários moradores que chegam a afirmar que seus pés de frutas faziam parte da vida deles, “eram como se fossem um membro da família” (Dores et al., 2018, p. 11).

É nesse entrecruzamento de narrativas memorialísticas – com intensa utilização do recurso testemunhal – que fazem emergir lembranças a respeito de pessoas, lugares e acontecimentos, destacadamente o rompimento da barragem que tudo soterrou, que *A Sirene* se põe em funcionamento como dispositivo memorialístico. Enfeixamentos de linhas de luz e de enunciação e, como visto há pouco, de subjetivação – afetos, representações, identificações.

Assim também é em “Histórias de nossa gente” (2017), em que o jornal busca retratar o que a tragédia significou para os atingidos em termos de sua vida pessoal. O

texto mostra histórias como a de dona Baduína, de 75 anos, que conseguiu recuperar uma antiga cristaleira, em meio à lama, depois de revirar por vários dias os escombros e o lamaçal, ou casos de superação como o de Cássia Bernabé, de 19 anos, que afirma ter encontrado na música e na dança forças para prosseguir. “Desde pequena gosto muito de dançar. . . É assim que tenho conseguido esquecer o horrível 5 de Novembro” (“Histórias de nossa gente”, 2017, p. 5).

Nesta mesma edição do jornal, um senhor de 69 anos, Zé Barbosa, se diz condenado a sofrer com tudo o que perdeu com a tragédia do Fundão.

A minha perda no Bento foi muito grande. Me tornei um cara fora de mim. Num dia eu tinha cinco propriedades, uma venda, R\$ 60 mil em dinheiro e muita história. De repente, amanheci sem nada. . . Me tornei angustioso. Minha saúde acabou. Eu bambeei, sabe? Até na hora de dormir ligo o rádio para conseguir passar a noite. Escuto as músicas e as pessoas falando comigo a noite inteirinha. É isso que limpa meus pensamentos ruins. Pelejo, pelejo, mas eles não vão embora. Tenho um zoeirão no ouvido do barulho da lama. (“Histórias de nossa gente”, 2017, p. 5)

De outro modo, empenhado em evitar o apagamento e o silenciamento sobre a tragédia do Fundão, o jornal denuncia o risco de esquecimento. *A Sirene* aproveitou a edição de dois anos do incidente do Fundão e cobrou especialmente da mídia que o rompimento da barragem e todas as suas consequências não sejam lembradas apenas na data do “aniversário” da tragédia. Na edição de novembro de 2017, em sessão intitulada “Recados para a mídia”, os atingidos procuram destacar, por meio de depoimentos, o silenciamento da imprensa em relação às dificuldades que enfrentam no dia a dia. Com o título “Eu existo além do dia 5 de novembro”, o jornal traz depoimentos de atingidos que criticam a superficialidade e o interesse episódico da cobertura jornalística, como nesta crítica do atingido Aírton Bolão, de Paracatu de Baixo:

Somos conhecidos pelo dia 5 de novembro de 2015, mas basicamente, nossa comunidade é esquecida pela mídia. Após o rompimento da barragem do Fundão, tudo quanto é mídia veio para Mariana, era uma pauta que dava audiência para os jornais. O trabalho e as brigas continuaram, mas a mídia não divulgou. . . A mídia só aparece aqui quanto tem uma audiência que vai decidir alguma coisa, depois disso acabou, somos esquecidos. (Sales et al., 2017, p. 2)

Nesse tangenciamento de linhas de luz, de subjetivação e de enunciação, entreladas em linhas de força, em curvas de visibilidade e de subjetivação, *A Sirene* se expressa como a materialidade da ativação de processos em práticas simbólicas e

culturais nas quais saber e poder se cruzam. Suas narrativas colocam-se, nesse sentido, como dispositivos de memória, ao instituírem-se como ocorrências atravessadas, como mencionado anteriormente, por enfeixamentos de linhas em movimento e de curvas tangenciadas em função de variáveis diversas que lhe são internas e externas (Deleuze, 2005).

A matéria “Sobre viver com a reparação”, de abril de 2018, tratou de um tema muito espinhoso para os atingidos. Desde o incidente em 2015, os atingidos recebem o auxílio-reparação, uma indenização que as vítimas cadastradas recebem da Samarco. O texto relata os fortes protestos dos atingidos contra os problemas burocráticos e dificuldades na utilização do cartão no comércio pelos beneficiados, mesmo passados mais de três anos do incidente. Mas viver com a reparação tem a ver, além das questões de natureza administrativa, com outras situações de constrangimento narradas pelos moradores. São recorrentes os relatos de dificuldade na adaptação à nova realidade em que se encontram ou de preconceitos que eles sofreram e sofrem por motivos diversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sirene, certamente, é apenas uma das dimensões das lutas dos atingidos do rompimento do Fundão. Diz respeito aos âmbitos simbólico e discursivo que, em uma sociedade que velozmente se torna mais mediada e midiatizada, tem cada vez mais influência nos rumos da vida pública. As disputas e tensionamentos se espalham por esferas outras da sociedade, em que os atingidos fazem os enfrentamentos pelos seus direitos – junto à Justiça, à prefeitura e os outros poderes constituídos. Cabe ressaltar que, na inequívoca circunstância em que é possível perceber o discurso como ação e a ação como discurso, no caso em tela privilegiando os acionamentos de natureza memorialística, os atingidos entendem que sua atuação no espaço público midiatizado reveste-se de importância estratégica e própria do embate social e político. Pois são esses os papéis que parece cumprir *A Sirene*: ao mesmo tempo como ferramenta e estratégia, como remédio e resistência. Como dispositivo.

Em luta intensa contra o esquecimento e, por isso mesmo, instituindo-se como um efetivo dispositivo memorialístico, o jornal busca, no presente, dar corpo e prevalência às versões dos moradores sobre os acontecimentos em torno do rompimento da barragem; e também das reais perdas materiais e imateriais que sofreram. É, concretamente, uma disputa pela afirmação de suas verdades, cuja validação tem dicção testemunhal, porque memorialística. E sobre a verdade, vale lembrar novamente Foucault (2000), pois o filósofo francês a percebia como “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (p. 13). Se a verdade, para o

autor, não existe fora do poder ou sem poder, certamente o combate a que ele se referiu não se daria “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e de suas implicações sociais.

Ao seu modo, e dentro de suas possibilidades, as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão fazem de *A Sirene* uma luta contra o silenciamento, uma das estratégias do devir do esquecimento (Huyssen, 2014). Como ferramenta e estratégia, os atingidos buscam o permanente agendamento da catástrofe para que seus direitos não sejam negados em arranjos institucionais nos âmbitos da política e da justiça. Como remédio e resistência, na medida em que tentam e, principalmente, conseguem falar sobre tudo que lhes aconteceu depois do incidente – segundo vários depoimentos dados ao jornal – parecem mitigar pelo menos um pouco do sofrimento a que foram e ainda são submetidos. Finalmente, como dispositivo de memória, pois esse agir discursivo é construído por meio de enfeixamentos de linhas de variadas dimensões que provocam curvas também as mais diversas, produzindo e revelando negociações e disputas, descobertas e rupturas patrocinadas por acionamentos memorialísticos.

No final de janeiro de 2019, três anos e dois meses depois do rompimento da barragem do Fundão, quando este artigo estava em construção, Minas Gerais conheceu nova tragédia ambiental provocada pela Vale. O incidente, desta feita, deu-se na cidade de Brumadinho, com o rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Mais de 250 pessoas morreram e outras dezenas continuam desaparecidas com este outro rompimento, certamente evitável. O rio Paraopeba, importantíssimo para o abastecimento de água da região metropolitana de Belo Horizonte Minas, foi contaminado pela lama e rejeitos. Outro gigantesco e gravíssimo crime ambiental envolvendo a Vale.

Conclui-se este artigo retomando duas personagens destacadas na edição de novembro de 2017 de *A Sirene*: Cássia Bernabé e Zé Barbosa. Vítimas da mesma tragédia, a memória lhes cai de modo tremendamente distinto. Cássia, apesar de tão jovem (19 anos), valeu-se da memória de infância de gostar de música e de dançar para seguir em frente. Às vezes, é preciso mesmo lembrar para poder esquecer. Mas nem sempre isso é possível: Zé Barbosa, por sua vez, parece sentenciado a não conseguir esquecer o barulho da lama chegando e destruindo as casas. A memória pode mesmo ser assim: libertação para uns e, para outros, quase uma condenação. ■

REFERÊNCIAS

- Bosi, E. (2012). Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano [entrevista a Mozahir Salomão Bruck]. *Revista Dispositiva*, 1(2), 196-199.
<https://bit.ly/36OUquh>

- Bruck, M. S. (2012). Palavra: Dispositivo. *Revista Dispositiva*, 1(1), 39-44. <https://bit.ly/3lygCNI>
- Deleuze, G. (2005). O que é o dispositivo? In G. Deleuze, *O mistério de Ariana* (pp. 81-96). Vega.
- Dores, M., Quintão, M. G., Salgado, M., Quintão, M., Dos Santos, S. N., & Dos Santos, W.E. (2018, janeiro). Nossas histórias debaixo dos pés de frutas. *A Sirene*, (22), 10-11. https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed22_janeiro_issuu
- Dreyfus, H. & Rabinow, P. (1995) *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Forense Universitária.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Graal.
- Foucault, M. (2000). *Microfísica do poder*. Graal.
- Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar, escrever, esquecer*. Editora 34.
- Halbwachs, M. (1990). *Memória coletiva*. ERT.
- Histórias de nossa gente. (2017, maio). *A Sirene*, (14), 4-5. https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed14_maio_issuu
- Huyssen, A. (2014). *Políticas de memória do nosso tempo*. Ed. Universidade Católica.
- Le Goff, J. (2013). *História e memória*. Ed. Unicamp.
- Lotman, I. M. (1998). *La semiosfera II: Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio*. Ediciones Cátedra.
- Minha Vida Lá. (2017, novembro). *A Sirene*, (20), 4-5. https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-ed.20
- Muniz, M. R. S., Muniz, M. A. S., Muniz, M. M., & Santos, M. (2018, janeiro). Por amor ao Bento: Onde tudo começou. *A Sirene*, (22), 8-9. https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed22_janeiro_issuu
- Pierron, J. P. (2010). *Transmissão: Uma filosofia do testemunho*. Edições Loyola.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história e o esquecimento*. Ed. Unicamp.
- Sales, A., Alves, P., & Silva, S. (2017, novembro). Recados para a mídia. *A Sirene*, (20), 2. https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-ed.20
- Santos, A. G. (2016, novembro). A última noite. *A Sirene*, (8), 14-15. https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed9_novembro_issu
- Seligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, 20(1), 65-82. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>

Artigo recebido em 18 de fevereiro de 2020 e aprovado em 9 de outubro de 2020.